

Empresários rejeitam aumentos dos tributos

por Antonio Gutierrez
de São Paulo

Esquerda Brasil

Os empresários não concordam com a possibilidade de novos aumentos tributários e duvidam que o Brasil alcance um superávit de US\$ 8 bilhões neste ano. Esses dois pontos, abordados na última segunda-feira na reunião entre o presidente José Sarney e seu ministério, fazem parte do plano econômico em fase de elaboração pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira.

"O aumento de impostos e tarifas foi o pior caminho que o governo escolheu", afirmou o presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), Ruy Barreto. Para ele, essa medida vai estimular a sonegação e a economia invisível e, portanto, "agravar ainda mais a situação de quem deseja produzir corretamente".

A meta de um superávit comercial de US\$ 8 bilhões será difícil de ser alcançada nas condições atuais. Para o presidente do Sindicato da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários do Estado de São Paulo (Simfrefre), Cláudio Regina, existe hoje uma defasagem de 15% do cruzado em relação ao dólar, que deveria ser recuperada através de uma maxidesvalorização ou então acelerando as minidesvalorizações.

"A carga tributária existente hoje já é um absurdo", disse o vice-presidente da Companhia Cacique de Café Solúvel, Carlos Viacava. Ele acusou o PMDB de praticar uma política tributária concentradora e defendeu uma melhoria no sistema fiscal. "Os impostos indiretos têm de ser reduzidos de qualquer maneira." Apesar de achar difícil



Carlos Viacava

um superávit de US\$ 8 bilhões, Viacava reconhece que esse resultado se torna importante na renegociação da dívida externa.

As metas expostas por Sarney serão viáveis a partir do momento em que se resolver a questão da dívida externa, pensa Cláudio Regina. "Hoje o Brasil está atrelado a essa negociação", afirmou. O estímulo às exportações, aliado à austeridade, deve gerar confiança no credor segundo ele, e, uma vez renegociada a dívida externa, os outros problemas serão equacionados.

"É evidente que o ajuste externo é inadiável", disse o presidente do Sindicato da Indústria do Papelão do Estado de São Paulo, Roberto Nicolau Jeha. Para ele, o governo tem de apresentar aos credores um plano econômico austero e que priorize investimentos em infra-estrutura. Esse plano deve mostrar também que o setor privado está disposto a investir. Ele defende maior participação do sistema financeiro privado nos financiamentos das empresas em dificuldade e uma política de livre mercado, por parte do governo.

4 JUN 1987

GAZETA MERCANTIL